

CADERNO DE PROPOSTAS

*Reconstrói EBC e a comunicação
pública*

ABRIL DE 2022



A Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública - que reúne dezenas de entidades da sociedade que lutam pela democratização da comunicação no país, promoveu o Seminário Reconstrói EBC e a Comunicação Pública para discutir a retomada do setor fundamentada nas premissas que regem a comunicação pública no Brasil e no mundo.

O resultado destas discussões é apresentado aqui, com o objetivo de incidir no processo eleitoral em curso para pactuar com as candidaturas progressistas os rumos que a sociedade espera que sejam adotados em relação à EBC e às demais emissoras do campo público.

Em primeiro lugar é preciso destacar que o projeto EBC, incluída a articulação da Rede de Comunicação Pública no Brasil, conforme construído em conjunto com a sociedade civil e implementado pela Lei nº 11.652, aprovada pelo Congresso e implementada em 7 de abril de 2008, sob a Presidência de Luiz Inácio Lula da Silva, foi drástica-

mente interrompido em 2016, a partir do impeachment da Presidenta Dilma Rousseff, com a chegada do governo de Michel Temer à Presidência da República e a edição da Medida Provisória 744, depois transforma em lei, eliminando instrumentos de autonomia e participação social na empresa. Foram extintos o Conselho Curador e o mandato do presidente da empresa entre várias medidas autoritárias. Posteriormente, o governo sob a presidência de Jair Bolsonaro agravou as condições de funcionamento da EBC, impactando a qualidade e a independência de sua programação e o próprio caráter público - e não governamental - da comunicação produzida.

O sequestro da EBC afetou a produção de conteúdos sobre importantes temas, entre eles as pautas de combate ao racismo e a LGBTQIAP+fobia, a visibilidade a PCDs e pessoas com doenças raras, os temas relativos à juventude, movimentos sociais e sindicais, pautas de violações a Direitos Humanos, enfim, tudo relati-

vo a comunidades já invisibilizadas e estigmatizadas pela mídia hegemônica. Grupos Sociais que encontravam na EBC um espaço de visibilidade, como preconizado pelas boas práticas da comunicação pública.

O enfraquecimento da EBC como empresa pública refletiu-se nas demais emissoras que compunham a Rede Nacional de Comunicação Pública. O uso político das grades de programação, a desarticulação política, venda de ativos e até fechamento de emissoras se tornaram realidade em vários Estados.

O papel do Estado no apoio e indução da Comunicação Pública é necessário e urgente, também como vetor de desenvolvimento democrático. Nesse sentido, precisamos construir estratégias e iniciativas para garantir a viabilidade econômica a continuidade da EBC e o fortalecimento da sua contribuição social, assim como apontar estratégias para o fortalecimento da Comunicação Pública nos Estados e Municípios.

Breve histórico

O Capítulo da Comunicação Social da Constituição Federal, no Art.223, prevê a complementaridade entre os sistemas público, privado e estatal de radiodifusão. A mais eficiente regulamentação do serviço público de radiodifusão do Poder Executivo se concretizou na Lei nº 11.652, em 7 de abril de 2008, que criou a Empresa Brasil de Comunicação S.A. - EBC.

Os pilares da nova empresa foram debatidos no I Fórum Nacional de Televisão Pública, realizado em maio de 2007, por iniciativa do Ministério da Cultura, com participação efetiva de movimentos populares e pela democratização da comunicação.

A empresa herdou os veículos geridos pela estatal Radiobrás e pela Associação de Comunicação Educativa Roquette-Pinto (Acerp). Entre as missões estava gerir as emissoras já existentes, instituindo o Sistema Público de Comunicação, além de articular e implantar a Rede Nacional de Comunicação Pública. Os princípios definidos na Lei deveriam ser assumidos também pelas emissoras que viessem a compor a Rede

Nacional de Comunicação Pública.

A lei da EBC estabelecia instrumentos para fazer a empresa avançar nesse papel de implantação e consolidação do Sistema Público de Comunicação, com mecanismos de controle social para que mantivesse esse rumo. O processo foi se desenvolvendo nos anos seguintes à criação da empresa, um grande desafio dado o cenário de oligopólio privado da radiodifusão no país. Porém, a partir do Golpe de 2016, que derrubou a presidenta Dilma Rousseff, a EBC foi sufocada e descaracterizada pelos governos Temer e Bolsonaro. A empresa distanciou-se do propósito para o qual foi criada, aos poucos transformando seus veículos em instrumentos de propaganda dos governantes, sem espaço para o contraditório, a diversidade e a pluralidade de vozes.

A partir daí começaram a crescer denúncias de casos de censura editorial nos veículos da empresa. Um dossiê divulgado em 2018, ainda sob governo Temer, apontou 61 casos de censura e governismo na EBC. A situação ficou mais aguda nos anos seguintes, já sob o governo Bolsonaro, como apontaram

outros dois dossiês da censura. O último, divulgado em 2021, enumerou 161 casos de censura e 89 de governismo.

Outro problema que a EBC passa atualmente é o sucateamento das rádios e a ameaça de extinção de emissoras. Por um lado, a Rádio Nacional chegou em FM a Belo Horizonte, São Paulo, Recife e Rio de Janeiro, mesmo que na faixa estendida "escondida" em 87,1 MHz, não sintonizável na maioria dos aparelhos, e em São Luiz do Maranhão em 93,7 MHz. Por outro lado, rádio é comunicação local e a programação foi unificada com a FM de Brasília, inclusive na histórica Nacional AM do Rio de Janeiro, não respeitando as particularidades de cada cidade nas transmissões. Além disso, a Rádio MEC AM, que descende da primeira emissora do país, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, fundada em 1923 por Edgard Roquette-Pinto, está ameaçada de ser fechada. A EBC nega a intenção, porém, não pediu a migração da emissora para o dial FM e as transmissões em ondas médias será encerrada no Brasil em dezembro de 2023.

Propostas

Separamos abaixo as propostas apresentadas e debatidas no Seminário Reconstroi EBC e a Comunicação Pública conforme o eixo correspondente. As sugestões foram enviadas por pesquisadores, entidades, sindicatos e pessoas físicas após um chamado público e debatidas nos dias 8 e 9 de abril de 2022.

EIXO 1: GESTÃO, INFRAESTRUTURA E PARTICIPAÇÃO DEMOCRÁTICA

Abertura do espectro de radiodifusão brasileiro para a manifestação de múltiplas identidades configurou uma vitória da sociedade brasileira. A promessa da produção de uma programação não-pautada pela necessidade do faturamento e das ingerências políticas, pareceu enorme contribuição à construção da efetiva democratização da comunicação em nosso País.

A Empresa Brasil de Comunicação (EBC) é uma importante conquista da sociedade brasileira e sua existência contribui para o fortalecimento da democracia, tornando a esfera pública mais plural e criando condições para uma diversidade ainda não vivenciada pelas comunicações no Brasil.

Este caminho era pavimentado principalmente pela permeabilidade que a Empresa tinha à participação social, fosse através da representação social presente no Conselho Curador ou, mais diretamente, por meio de sua programação. Acrescente-se, ainda, a existência da Ouvidoria, com competência para receber e examinar as queixas e reclamações do público, além de exercer a crítica interna da programação produzida pelos veículos da empresa.

No entanto, a arquitetura institucional adotada na redação final da proposta contrariou as expectativas da comunidade envolvida em sua elaboração, e pôs sob risco de falência o projeto idealizado.

O modelo jurídico-institucional adotado transformou a EBC em uma empresa estatal dependente, ligada à Secretaria de Comunicação da Presi-

dência da República (Secom), e que juntou, em uma mesma instituição, a comunicação pública e a comunicação estatal (ou governamental). Estas opções políticas acabaram por passar uma sinalização dúbia para a sociedade, criando uma empresa que não tem um 'DNA' claro, ou que tem dois 'DNAs' em sua missão institucional.

Mais tarde, o golpe parlamentar que retirou da presidenta Dilma Rousseff o poder conquistado nas urnas, iria ferir, quase de morte, aquela importante experiência democrática brasileira. Michel Temer promoveu uma profunda intervenção política na empresa, e na Lei nº 11.652 de 2008, que a criou, descaracterizando-a radicalmente. Esse desmonte foi aprofundado pelo governo de Jair Bolsonaro, que transformou a EBC, quase que totalmente, em um braço do seu aparato de propaganda antidemocrática e negacionista e incluiu a Empresa no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o programa federal de privatizações.

Dessa forma, entendemos que é urgente a reconstrução da EBC com base na retomada e aperfeiçoamento dos princípios que a distingam como empresa pública, que assegurem sua autonomia e independência, seu papel estratégico na relação com a rede de mídias públicas nacional e regionais, a participação e controle social definidos por critérios democráticos, e demais aspectos da estrutura necessária para uma gestão democrática da empresa e de um sistema de comunicação pública.

Neste eixo de discussão foram

identificadas e problematizadas questões referentes à gestão, infraestrutura e participação democrática no âmbito da empresa e sugeridas propostas e encaminhamentos agrupados nos tópicos a seguir.

1. TÓPICO: Modelo jurídico-institucional da EBC

Ênfase:

A Lei nº 13.417/2017, alterou a Lei nº 11.652/2008 de criação da Empresa Brasil de Comunicação, modificando os contornos da organização legal e institucional a que estava submetida a empresa, esvaziando o cerne normativo até então vigente.

O regramento que regulava a criação da EBC assentou-se sobre dois pressupostos fundamentais, previstos no art. 2º, incisos VIII e IX, da norma legal de regência:

- autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo; e
- participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios do sistema público de radiodifusão, respeitando-se a pluralidade da sociedade brasileira.

De modo a garantir a efetividade desses princípios, dois mecanismos de organização interna foram concebidos: a estabilidade de seu Diretor-Presidente, com mandato fixo de quatro anos não coincidente com os de Presidente da República, e a criação de um Conselho Curador, à semelhança das

empresas e órgãos de comunicação pública relevantes no mundo.

Portanto, como traço distintivo fundamental dos demais sistemas de comunicação previstos na Constituição Federal, a intenção do legislador foi prever a participação da sociedade civil no controle da aplicação dos princípios da comunicação pública e garantir autonomia ao corpo diretor da EBC em relação ao governo federal.

Exatamente estes dois preceitos foram alterados pela Lei nº 13.417/2017, editada pelo governo Michel Temer: a extinção do Conselho Curador e o fim da estabilidade do presidente da empresa, que passou a poder ser exonerado por ato do Presidente da República a qualquer tempo.

A fragilização desses mecanismos, que ocorreram nos últimos seis anos, e alguns vícios na concepção do projeto parecem ter contribuído para a falta de consolidação efetiva da EBC enquanto instituição pública. E no caso das mudanças mais recentes, parecem ter sido fundamentais para uma inversão dos princípios tornando a empresa mais um braço da comunicação governamental.

O primeiro vício da legislação é ter atribuído à EBC dupla missão. Observe-se que pelo enunciado do art. 8º da Lei que a criou, entre as competências da instituição está a de implantar e operar os serviços de radiodifusão pública sonora e de sons e imagens do Governo Federal (inciso I) e prestar serviço no campo da radiodifusão, comunicação e serviços conexos, inclusive para transmissão de atos e matérias do Governo Federal (inciso VI).

A dupla missão jurídico-institucional de liderar o desenvolvimento do sistema público de comunicação e, simultaneamente, operar os canais e serviços de divulgação do Governo Federal, unindo duas figuras jurídicas e dois objetivos distintos em um mesmo organismo estatal, sempre foi extremamente prejudicial ao projeto. Comunicação pública e governamental possuem características distintas e inconciliáveis, o que determinaria, por lógica, a separação estrutural das duas atividades. Reconhecemos, contudo, a importância da existência dos

dois modelos. Ou melhor, de acordo com a Constituição Federal, deve haver uma complementaridade entre três modelos: os sistemas público, privado e estatal (que entendemos ser melhor denominado governamental) de radiodifusão.

Entendendo que o modelo privado ou comercial já é um modelo sedimentado no Brasil, buscamos sobretudo discutir e diferenciar os papéis dos sistemas público e governamental. Ressaltamos, inclusive, a importância da existência de um sistema governamental devidamente regulado, para que também não sirva - como infelizmente a EBC vem servindo - como instrumento privado de propaganda não apenas do governo, mas do presidente da república. Um sistema governamental forte e capilarizado e que preste um serviço de qualidade é importante em um país de dimensões continentais e com tamanha desigualdade social como é o Brasil, que se reflete em regiões inteiras consideradas como desertos de notícias. Entretanto, o sistema governamental não se confunde e não se sobrepõe a importância da existência de um sistema de comunicação radicalmente público, voltado para construção da cidadania e que represente os interesses da sociedade e seja fiscalizado por ela.

A recente opção feita pelo governo Bolsonaro com respeito a esta questão demonstrou completo atentado ao caráter público da empresa: a fusão da NBR com a TV Brasil em 2019, com a integração das atividades, equipes e programação das duas emissoras. Além disso, em maio de 2020, a Presidência da República baixou decreto qualificando a EBC para ser incluída no Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), nome dado ao programa federal de privatizações. Em junho do mesmo ano, a EBC passou à vinculação do Ministério das Comunicações, que assume também a comunicação institucional do governo e a distribuição de verbas publicitárias estatais e as relações com a imprensa, anteriormente sob a responsabilidade da Secom. E, em abril de 2021, o decreto nº 10.669 incluiu a EBC no Programa Nacional de Desestatização (PND), pavimentando o caminho para

a privatização ou extinção da comunicação pública do país.

É, portanto, imprescindível uma regulamentação completa do Capítulo da Comunicação Social da Constituição Federal e, para o ponto aqui em questão, é fundamental, que o Art.223 seja plenamente regulamentado e que a complementaridade entre os serviços público, privado e estatal de radiodifusão seja objeto de uma profunda e democrática reflexão para que assim seja possível garantir um ambiente plural e diverso, que contribua efetivamente para um Estado Democrático de Direito.

Para corrigir essas inconstâncias e desconstruções, foram colhidas as seguintes contribuições.

Propostas:

- A imediata revogação da Lei no 13.417/2017, que alterou a Lei no 11.652/2008 de criação da Empresa Brasil de Comunicação;
- A revogação da Portaria-Presidente nº 216/2019, publicada pelo presidente da EBC, que extingue a NBR e altera o caráter público da TV Brasil, de modo a assegurar a separação dos canais públicos e governamentais, garantindo espaço para os dois; a TV Brasil sob os auspícios da EBC e deixando o canal do Executivo para gestão pelo Ministério das Comunicações; Isso implica reconfigurar sua estrutura institucional para evitar a prestação de serviços ao governo e as possíveis confusões decorrentes dessa proximidade;
- A separação dos canais públicos e governamentais, possibilitando que a comunicação pública generalista tenha condições de garantir sua autonomia financeira, de gestão e conteúdo.
- É preciso vencer as confusões entre público e estatal, garantindo espaço para os dois. No caso da comunicação de governo, a nova gestão deve montar uma estrutura robusta para disputar seu projeto na sociedade por diversos canais, tanto pela radiodifusão (abarcando rádio e TV) quanto pela Internet, podendo criar plataformas, repositórios e serviços de streaming próprios, em intersecção com a política de fomento ao audiovisual, que tam-

bém deve ser recuperada. A estratégia em plataformas digitais ganhará peso, sem ignorar a importância da radiodifusão, mas complementando-a. Assim, o governo federal deve não apenas fazer uma comunicação institucional, mas disputar projeto na sociedade.

- A retirada imediata da EBC do Plano Nacional de Desestatização (PND), por inconstitucionalidade, já que contraria o artigo 223 da Constituição Federal que estabelece a existência dos sistemas de comunicação público, privado e estatal;

- Ao Poder Legislativo, que regulamente em definitivo o art. 223 da Constituição Federal, delimitando percentuais equivalentes entre os sistemas público, privado e estatal na radiodifusão.

2. TÓPICO: Processo de nomeação e escolha de cargos de direção

Ênfase:

Desde o início, a natureza jurídica da EBC teve, certamente, consequências deletérias sobre sua independência e, por óbvio, em sua missão de gestora da comunicação pública. Ao longo dos anos, os problemas político-estruturais gerados pela promíscua relação entre a empresa e o Palácio do Planalto minaram sua autonomia gerencial com este modelo marcado pela forte presença do Executivo Federal.

A face mais visível dessa presença no ambiente da EBC, também com efeitos danosos para o jornalismo e para a própria programação das emissoras, com evidente conflito de interesses, foi a constante nomeação de profissionais da Secom para exercerem cargos na EBC e vice-versa, num movimento análogo ao fenômeno das “portas giratórias”, usualmente aplicado pela teoria às relações entre agentes públicos e privados.

De outra parte, também houve a prática reprovável de ocupação de significativo número de cargos de direção e de gerência da EBC por indicação política, quando deveriam ser preenchidos exclusivamente com base em qualificação, desempenho e perfil profissional. O aparelhamento das

ferramentas da comunicação pública compromete sobremaneira a independência e a autonomia do sistema.

Para o enfrentamento e o equacionamento desses vícios, colheram-se as seguintes propostas.

Propostas:

- Criação de mecanismos que garantam que os cargos de direção da Empresa sejam ocupados por profissionais de reconhecida capacidade e alinhamento com a missão institucional da EBC, de forma a evitar que haja dificuldades para garantir a sua autonomia frente ao governo. Sugere-se a elaboração prévia, pela sociedade civil, representada pelo Conselho Curador, de perfis desejáveis com as principais características para o(s) cargo(s) em questão;

- Escolha de dirigentes a partir de lista de candidatos com currículos e com experiência comprovada na área de comunicação; os currículos seriam avaliados por uma banca, que formaria uma lista tríplice a ser encaminhada à presidência da República; Esta banca seria composta por: 1 representante do Ministério ao qual a empresa está vinculada (se este for o modelo escolhido), 1 representante da Comissão de Ciência, Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados e outro da Comissão do Senado Federal, 1 representante do Conselho Curador da EBC, 1 representante dos funcionários da EBC;

- Escolha de dirigentes mediante comitês de busca similares aos que se realizam para a escolha dos dirigentes dos Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCTs).

3. TÓPICO: Órgãos de participação da sociedade

Ênfase

A Lei que instituiu a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) previu a existência de duas instâncias que garantiam a participação da sociedade civil na gestão da empresa.

Um desses órgãos era o Conselho Curador, que tinha entre suas prerrogativas as funções de controlar e fiscalizar,

em nome da sociedade, a qualidade dos conteúdos ofertados pelas emissoras da EBC, além de impedir o uso político dos veículos da empresa, bem como para qualquer tipo de proselitismo.

O outro é a Ouvidoria, que tem como competência receber e examinar as queixas e reclamações do público, além de exercer a crítica interna da programação produzida pelos veículos da empresa.

O trabalho colaborativo entre os dois órgãos e o profícuo processo de retroalimentação mostraram-se fundamentais na busca pela consolidação da participação social na EBC.

De fato, à semelhança das empresas e órgãos de comunicação pública relevantes no mundo, a lei que criou a EBC determinou a um amplo conselho, com maioria da sociedade civil, mas composto também por membros do Governo Federal, do Congresso Nacional e dos trabalhadores da empresa, a tarefa de zelar pelo cumprimento de sua missão, impedindo seu uso político e garantindo que seus veículos expressassem a diversidade – política, cultural, étnico-racial, regional - existente no país.

O Conselho Curador da EBC nasceu, assim, com a própria empresa, constituindo-se no principal instrumento de observação dos princípios da comunicação pública. Seus conselheiros possuíam mandato fixo e não podiam ser indicados por partidos políticos, medida que visava garantir a autonomia do órgão. Em seus quase dez anos de existência, a contribuição fundamental do colegiado foi marcar a autonomia editorial como condição essencial da instituição.

A extinção dessa instância, que constituía um dos traço distintivo da empresa como de comunicação pública e não de comunicação governamental, pela Lei nº 13.417/2017, bem como o esvaziamento da Ouvidoria, outro mecanismo de fiscalização dos rumos da empresa, tiveram efeitos prejudiciais à própria consolidação da EBC e do sistema público de comunicação.

Para reversão do quadro, propõe-se:

Propostas:

- Reinstalação imediata do Conselho

Curador, com sua missão original de assegurar o cumprimento dos princípios públicos que devem nortear a linha editorial de todos os veículos da empresa, em especial a pluralidade, diversidade e responsabilidade; composição a partir das indicações da sociedade civil reestabelecimento de suas prerrogativas, incluído o caráter deliberativo, contidas na lei nº 11.652/2008;

- Criação, em parceria com Universidades, de mecanismos que possam acompanhar e fiscalizar a aplicação prática de deliberações do Conselho Curador sobre a linha editorial da Empresa nos diferentes veículos e agências, no jornalismo e na programação, com base nos princípios e objetivos da comunicação pública;

- Reestruturação da Ouvidoria da empresa de forma a garantir uma atuação livre e autônoma, com Ouvidor(a)-geral não ligado ao quadro de funcionários da Empresa e que não tenha trabalhado na Empresa na vigência da gestão em andamento. O(a) Ouvidor(a) deve ser indicado(a) pelo Diretor-Presidente e ter seu nome apreciado Conselho Curador a partir de lista tríplice;

- Fortalecimento da Ouvidoria como canal de escuta da sociedade, criando comitês internos para cada gênero de conteúdo (jornalismo, cultura e arte, infantil), com participação dos trabalhadores escolhidos por suas representações. O diálogo com a sociedade deve ser impulsionado por meio de debates, audiências públicas, colóquios e outros eventos, a serem realizados em todos os estados;

- Participação da sociedade no Conselho de Administração e a retomada de audiências e consultas públicas para definirem os rumos da comunicação pública.

4. TÓPICO: Rede e Veículos

Ênfase

A EBC foi criada como gestora dos canais públicos de radiodifusão do Poder Executivo e coordenadora da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP-TV). Com base na proposta de

troca de conteúdo para valorização da cultura regional e local, a Rede foi criada a partir do sistema montado pela extinta TVE-RJ e as emissoras educativas, culturais e universitárias parceiras nos estados e municípios. Observe-se que a associação a emissoras estaduais compensaria a inexistência de infraestrutura de transmissão para que o alcance de sinal da TV Brasil se tornasse nacional.

Conquanto não possamos deixar de reconhecer a pertinência e a importância do projeto, alguns vícios na sua concepção e desenvolvimento parecem ter contribuído para a sua falta de relevância. Em primeiro lugar, foi feita a opção pela afiliação apenas das emissoras localizadas nas capitais, o que excluiu a população de outras localidades do acesso à programação. A universalização de acesso, um dos pressupostos da comunicação pública, não foi alcançada, portanto. Mas estas emissoras estaduais, mesmo aquelas ligadas às universidades, estão constantemente sujeitas a ingerências causadas por alternâncias políticas nos estados, o que ocasiona inconstância de gestão e de modelo de afiliação.

Em outras palavras, para cumprir sua missão legal, o sistema público de radiodifusão, previsto na Constituição Federal de 1988, deve estar disponível para acesso em todo o território nacional. O alcance limitado das emissoras mantidas pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC) foi historicamente um problema para a universalização do acesso ao seu sinal e para a expansão da sua rede.

Segundo o Relatório de Administração e Demonstrações Financeiras 2021 da EBC1, a TV Brasil está presente em 23 capitais e tem 50 emissoras afiliadas, com alcance de 38,89% da população brasileira, um total de 74,2 milhões de pessoas. As rádios FM da EBC estão em 16 capitais e tem 26 afiliadas, alcançando 22,5% da população, ou 42,9 milhões de pessoas. Ou seja, a rede da EBC está bem longe da universalidade de acesso preconizada pela comunicação pública.

É verdade que, no caso da televisão digital, a programação sob responsabilidade da EBC é transmitida em conjunto com os canais Saúde,

iniciativa da Fiocruz, e TV Escola, do Ministério da Educação. O Programa Digitaliza Brasil, atualmente em curso e fruto de política pública mais ampla de digitalização da TV, tem possibilitado o aumento significativo de consignações para a TV Brasil, com custos baixos para a empresa. Ainda que seja um avanço, esse programa não é suficiente, já que as novas consignações estão localizadas em pequenos municípios brasileiros. Além disso, não existe iniciativa parecida no caso das rádios.

Assim, de modo a aperfeiçoar a arquitetura de rede da EBC para aumentar sua capilaridade, apresentam-se as seguintes sugestões.

Propostas:

- A empresa deve reconstruir e ampliar as redes de rádio e TV públicas, incluindo programas das educativas estaduais, que seguem os princípios da comunicação pública, oferecendo apoio e pautando ações de fortalecimento dessas estações junto a seus governos, uma vez que em muitas Unidades da Federação a situação de estrutura e investimentos é bastante precária;

- Articulação com os canais da cidadania, cuja instalação deve ser estimulada por política do Ministério das Comunicações. Uma vez que a adesão à rede não é compulsória, onde não houver participação, a EBC deve ampliar a implantação de retransmissoras de rádio e TV;

- Também pode ser retomada a soma de esforços com outras emissoras não comerciais, como as TVs Câmara, Senado e Justiça, na capilarização da rede de retransmissão nas capitais e cidades com população acima de 500 mil habitantes;

- A articulação não deve se restringir às mídias rádio e TV. A EBC deve ser vetor, por meio de seu portal, para criar um repositório e um serviço de streaming composto por conteúdos dos entes estatais de comunicação não comercial, podendo também potencializar obras de produtores independentes, constituindo uma alternativa gratuita para a população que dispute com os principais serviços de streaming. A

política de fomento audiovisual deve ser um caminho para disponibilizar obras financiadas com recursos públicos, após o aproveitamento das janelas de exibição, para enriquecer o catálogo desse serviço;

- Inserção na Internet é uma estratégia central para o futuro da mídia pública. Assim como são necessárias políticas de fortalecimento e fomento no caso da radiodifusão, também o são na Internet, em especial com o ascendo de grandes plataformas;

- Aprovação de mecanismos de carregamento obrigatório de canais públicos em serviços de streaming, com destaque para sua colocação nas recomendações, menus e páginas iniciais;

- Reconhecimento e concessão pelo Ministério das Comunicações do direito de a EBC receber consignação de um canal de TV Digital e um de rádio FM em cada município brasileiro;

- Criação de programa que, ampliando o esforço atual de digitalização, promova a articulação de prefeituras e outros agentes públicos locais, como forma de viabilizar a expansão das redes de TV e de rádio da EBC, dividindo os custos inerentes a essa iniciativa;

- Expansão do modelo da Lei Nº 11.652 de 2008, que rege a EBC, para as emissoras educativas estaduais, o que ainda não tem previsão legal; em nível local, a política de incentivo à implantação dos canais da cidadania assume papel chave como forma de capilarizar a comunicação públicas nos municípios.

5. TÓPICO: Corpo funcional (Trabalhadores)

Ênfase

A experiência da luta pela efetivação do sistema público pela Empresa

Brasil de Comunicação (EBC), após 14 anos, nos mostra a necessidade de fortalecer uma relação chave para a defesa desse projeto: a união entre trabalhadores da comunicação pública e da sociedade civil.

Nesse longo período de desmonte da EBC, desde o golpe parlamentar de Temer ao autoritarismo de Bolsonaro, essa resistência mostrou o importante papel dos trabalhadores - jornalistas e radialistas - na linha de frente na defesa da comunicação pública, e a vigília ativa das entidades da sociedade civil.

Pela mobilização de parte dos trabalhadores concursados da EBC, foi possível criar uma frente interna de resistência e denúncia sobre os desmandos da direção da empresa pública, com os relatórios de censura, notas públicas e a campanha “Fica, EBC!”. Essa mobilização contribuiu para dar visibilidade à necessidade de existência da comunicação pública, além da luta diária pelas pautas e programas que atendessem a missão da empresa de servir a sociedade.

Essa agitação trouxe também várias consequências. Perseguições, assédio moral institucional, retaliações contra quem ousava lutar diariamente em defesa dos princípios constitucionais da comunicação pública. No último ano, se somou ao assédio o corte de direitos, benefícios e até mesmo dos salários.

A reconstrução da EBC dependerá, neste particular, às seguintes propostas:

Propostas

- Recomposição da força de trabalho do quadro efetivo através de concursos públicos, após a saída de mais de 300 empregados por Programa de Demissão Voluntária (PDV), ;

- Manutenção da forma de contratação

dos trabalhadores por meio de concurso público;

- Estímulo à formação dos trabalhadores da EBC mediante a retomada do projeto do Centro de Pesquisa em Comunicação Pública, com curso de formação obrigatório como etapa do concurso para ingresso na EBC;

- Construção de mecanismos de gestão interna que ponham fim a discriminações por categorias profissionais.

6. TÓPICO: Ações Cívicas Públicas

Propostas:

- Apresentação pela Procuradoria Geral da República (PGR) de pedido de Ação Direta de Inconstitucionalidade ao Supremo Tribunal Federal sobre as mudanças na legislação de criação da EBC, conforme solicitação da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão;

- Atuação do Ministério Público Federal no combate à utilização dos veículos públicos para proselitismo político e religioso, garantindo a autonomia deste sistema de comunicação;

- Levantamento, apuração interna e apresentação aos órgãos competentes de prejuízos causados à empresa por gestores nos últimos 6 anos para a devida responsabilização.

7. TÓPICO: 2ª Conferência Nacional de Comunicação

Proposta:

- Realização de grande debate nacional sobre a comunicação pública, que envolva diversas instituições e setores da sociedade, como forma de preparação para uma futura Conferência Nacional de Comunicação que deve ser feita de forma urgente, já em 2023.

EIXO 2: CONTEÚDO E DIVERSIDADE

Neste eixo de discussão foram debatidas questões referentes ao conteúdo e à diversidade na EBC, além de sugeridos encaminhamentos e propostas para uma reconstrução da empresa.

1. TÓPICO: Conselho Curador e instrumentos de qualificação dos conteúdos

Ênfase

A partir de 2016, deu-se início a um processo de desmonte não só da estrutura da empresa, mas também de mecanismos de democracia interna e de controle social da EBC. A Medida Provisória 744, publicada em 02 de setembro de 2016 (nas primeiras horas do governo Temer, após a confirmação do impeachment pelo Senado), e convertida na Lei nº 13.417, de 2017, extinguiu o mandato do presidente da empresa, permitindo sua troca a qualquer momento, pelo presidente da República, e também extinguiu o Conselho Curador da EBC, que tinha representação majoritária da sociedade civil, dos trabalhadores da empresa, do Congresso Nacional e de outros órgãos do governo federal.

O Conselho Curador tinha o papel de fiscalizar o cumprimento dos preceitos da EBC, além de deliberar sobre a linha editorial e diretrizes educativas, artísticas e culturais dos veículos da empresa. Mais de dois terços dos membros representavam a sociedade civil, sendo escolhidos por meio de consulta pública.

A falta de um órgão como o Conselho Curador calou o direito da sociedade civil brasileira a manifestar críticas à direção da EBC pela cobertura cada vez mais enviesada dos veículos da empresa. Sob a pandemia da covid-19, a falta de participação social na EBC se tornou ainda mais grave, com coberturas relativizando a necessidade de medidas sanitárias adequadas para prevenir a doença, e por vezes propagando o uso de tratamentos comprovada-

mente ineficazes contra a covid-19.

O Comitê Editorial de Jornalismo foi outro órgão encerrado pela empresa. Previsto no Manual de Jornalismo da EBC, publicado em 2013, foi instituído a partir de 2014, mas teve vida curta, com reuniões realizadas até o ano de 2016. Segundo o Manual, o órgão tinha o papel de “sintonizar a prática diária do jornalismo da EBC com este Manual”, além de verificar criticamente algumas produções jornalísticas dos veículos da empresa. O golpe de 2016 também impactou no esvaziamento desse instrumento, que não promoveu sua renovação depois do fim do último mandato.

Apesar de ter se mantido institucionalmente, a Ouvidoria da EBC também foi atingida e descaracterizada pela direção da empresa nos últimos anos. Tinha o papel de “analisar a programação dos veículos EBC em suas várias plataformas, observando os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública.” Dentro do contexto de sufocamento democrático da sociedade brasileira e também da EBC, a Ouvidoria se tornou parte do projeto de transformação da empresa em instrumento de propaganda governamental, reduzindo os espaços de crítica e na prática endossando o processo de desmonte praticado pelos últimos governos.

Propostas

- Resgate e ampliação do Conselho Curador com caráter deliberativo e com ampla maioria de participação da sociedade civil, com critérios de composição definidos pela própria sociedade civil
- Retomada e valorização do trabalho da Ouvidoria, com espaço na programação para discussão dos conteúdos e do papel e funcionamento da comunicação pública, através de colunas e programa próprio
- Retomada dos instrumentos internos de qualificação dos conteúdos jornalísticos e artísticos: Ouvidoria,

Comitê Editorial e Comitê de Programação, com participação de membros do corpo funcional efetivo e ampla transparência na divulgação das resoluções.

2. TÓPICO: Participação negra

Ênfase

A Fundação Palmares e os movimentos negros tiveram participação efetiva no I Fórum Nacional de Televisão Pública, em maio de 2007, que lançou bases para a EBC. Um dos documentos norteadores apresentados na ocasião foi o livro “O Negro na TV Pública”, organizado pelo cineasta e pesquisador Joel Zito Araújo, com artigos de referências do pensamento negro contemporâneo como Muniz Sodré, Sueli Carneiro e Jurema Werneck.

A expectativa era a de que a EBC se consolidasse com um contraponto à mídia comercial brasileira, fundada pela elite branca escravocrata e até hoje gerida por descendentes dessa elite para atender aos seus interesses. Também era esperado que os veículos da EBC estabelecessem parcerias capazes de fortalecer a mídia negra, historicamente alijada do financiamento público para os meios de comunicação.

Tendo em vista o golpe perpetrado em 2016 contra a presidente Dilma Rousseff, em 2016, as iniciativas em prol da diversidade na EBC foram muito cedo interrompidas, bem como cassada a representação negra no Conselho Curador da empresa, extinto no governo Michel Temer.

De lá pra cá, o movimento negro acompanha a redução da representatividade e diversidade na programação, a militarização no comando da empresa e a censura a conteúdos fundamentais para a população. Entre eles, as investigações sobre o assassinato da vereadora Marielle Franco, a agenda política das mulheres negras e dos povos de terreiro, a luta quilombola e o debate

sobre o genocídio da juventude negra e dos povos indígenas.

Uma refundação da EBC deve incluir ações que promovam a efetiva participação negra na gestão e no conteúdo da empresa. É preciso que, vencido o governo genocida e o projeto de privatização da empresa, a comunicação pública ressurgisse disposta a radicalizar as medidas em prol da diversidade e do combate ao racismo.

Propostas

- Garantir a efetiva participação negra na gestão e no conteúdo da EBC, além de radicalizar as medidas em prol da diversidade e do combate ao racismo.
- Comitê de Equidade de Gênero e Raça deve ser envolvido na elaboração de todas as políticas da empresa.
- Sistema de comunicação pública deve ser liderado por profissionais negros e negras, com conteúdo jornalístico e programação atentos às pautas políticas da população negra, com equipes formadas continuamente;
- Editais de audiovisual devem priorizar produtoras de cineastas negras/os e indígenas;
- Cobertura jornalística internacional deve garantir abordagem sobre os países do continente africano, com envio de equipe de correspondentes;
- Acervo da EBC deve destacar a memória e história de artistas, intelectuais e da população negra.
- Monitoramento constante da presença de negros (trabalhadores e entrevistados), especialmente de mulheres negras, por meio de pesquisa específica. Sugerimos que a EBC se baseie nos Indicadores de Gênero para a Mídia, da Unesco;

3. TÓPICO: Visibilidade para grupos da sociedade

Ênfase

A EBC já esteve na vanguarda da acessibilidade com o primeiro telejornal totalmente em Libras, possui repórteres cadeirante e com síndrome de Down. Além disso, temas voltados

à acessibilidade e à inclusão eram regularmente pautados nos veículos da empresa. Porém, os temas das pessoas com deficiência são cada vez mais escondidos, tanto externamente quanto internamente pela administração da empresa. Pessoas com doenças raras são praticamente inexistentes aos olhos da empresa.

As questões de diversidade sexual e de identidade de gênero também precisam avançar em uma reconstrução da EBC. As iniciativas devem estimular a visibilidade, segurança e respeito às pessoas LGBTQIAP+. A empresa deve proporcionar um espaço acolhedor para discussões amplas e igualitárias, a exemplo do pioneiro programa Estação Plural, da TV Brasil, que tinha como âncoras a cantora e compositora Ellen Oléria, o jornalista Fernando Oliveira (Fefito) e Mel Gonçalves, ligados ao universo LGBTQIAP+ com discussão sobre Arte e Comportamento, mas que também deve estar presente nos diferentes gêneros de programação e jornalismo.

A juventude, principalmente periférica, também carece de espaço nos veículos da EBC. Os veículos já trabalharam com esse público, a exemplo do programa Ação Periferia, da Nacional AM, que levava para estúdio a juventude negra, até então invisibilizada, mostrando inclusive como funcionava a comunicação pública. Programas de auditório que possam envolver esse público são uma iniciativa importante, que ajuda a fortalecer o caráter diverso e plural da EBC, dando espaço a parcelas muitas vezes marginalizadas na sociedade, e também nos veículos de comunicação.

Propostas

- Garantir visibilidade e representatividade para a juventude, indígenas, PCDs, Raros e para a diversidade LGBTQIAP+, inclusive com políticas específicas de fomento.
- Produção de programas e matérias especiais com temas ligados à acessibilidade e inclusão em todos os veículos da EBC. Aproveitar para tais pautas os funcionários que têm conhecimento de causa, com raros e PCDs à frente de programas e em lugares de desta-

que.

- Elaboração de um manual de linguagem inclusiva.
- Realização de formação continuada em diversidade e direitos humanos, com cursos como o de “Gênero, Raça e Etnia para jornalistas”, da ONU Mulheres.

- Jornalismo deve trazer pautas que favoreçam, nos processos de ascensão, os discursos além do controle não laico, proselitista, formas de masculinidade hegemônica, cis-heteronormatividade, combate a discriminação racial de gênero, para inclusão de equidade de gênero, diálogos não discriminatórios para o público Lgbtqiap+, mulheres negras, povos indígenas, quilombolas e refugiados.

- Garantir a representação e o protagonismo criador da diversidade étnica, de gênero, religiosa e geográfica, com especial atenção para os segmentos historicamente invisibilizados, nos conteúdos jornalísticos e artísticos exibidos nos veículos da EBC e da Rede de Comunicação Pública, sejam eles de produção própria ou externa;

4. TÓPICO: Rede Pública de Rádio e TV

Ênfase

O serviço de radiodifusão pública é estratégico para demarcação subjetiva do território brasileiro. Se existe cobertura de sinal de rádio, também há acesso à informação, entretenimento, saúde, segurança e educação.

É inegável a internet e os telefones celulares do que uma forma de acesso ao rádio. Atualmente, a maioria das pessoas ouve pelo FM do celular ou via internet., com aumento de 86% nos ouvintes por aplicativos para smartphones nos últimos 5 anos. O sinal, constante e de boa qualidade impulsionou os ouvintes via smartphones, que não contempla o sinal em ondas médias (OM ou AM). É por isso que as Emissoras AM querem migrar rapidamente para o FM, conforme previsto no Decreto 8.139/2013. Entretanto, a cobertura de rádio FM e da internet não são suficientes para alcançar os

pontos mais distantes do território nacional e, por isso, no interior e nas áreas isoladas pelo sinal íssos, ainda existe AM e em ondas curtas (OC).

Em 2007, a EBC absorveu o parque tecnológico das rádios Nacional de Brasília, Nacional da Amazônia, das Rádios MEC e Nacional do Rio de Janeiro, além das Emissoras TVE do Rio de Janeiro e Nacional de Brasília, sendo criada a TV Brasil. Ao longo do tempo, a EBC consolidou como importante conglomerado de comunicação e informação no país, principalmente como emissoras em ondas da Rádio Nacional da Amazônia, que cobre não contempladas pela comunicação comercial, e a Agência Brasil, que material jornalístico gratuitamente. A Rádio Nacional da Amazônia se tornou a principal fonte de informação dos povos indígenas e ribeirinhos na Amazônia Legal.

O serviço de radiodifusão pública deve ser valorizado e protegido pelos brasileiros. Valorizado porque historicamente contribuiu e continua para a educação e a cultura da população. Protegido porque não pode sofrer com mudanças políticas e ideológicas a cada troca de governo.

Propostas

- A EBC deve coordenar a Rede Pública de Rádio e TV para intercâmbio e coprodução de conteúdos com emissoras afiliadas e parceiras
- A EBC deve requerer outorga de canais de TV Digital e de rádios FM em localidades o suficiente para cobrir todo o território nacional.
- Fortalecer as rádios da rede da EBC para que possam gerar conteúdos próprios conforme seu perfil, vocação e região, evitando a massificação da produção e o desprezo pelos interesses de cada audiência. Garantir especial atenção ao público da Amazônia
- Proteger as rádios MEC e Nacional contra as ameaças de desmonte, valorizando e digitalizando acervos históricos e disponibilizando a memória da comunicação pública.
- Manter em operação com qualidade de áudio e potência as duas 2 emissoras

AM no Parque de Itaoca, em São Gonçalo, durante a migração plena para a faixa FM;

- Migrar a Rádio MEC AM RJ para o dial FM do Rio de Janeiro, assim como foi feito com a Nacional, que está em caráter experimental na frequência estendida 87,1 FM;
- Conceder canais FM no dial de municípios do Norte e do Sul fluminenses para suprir a necessidade dos ouvintes das rádios MEC AM e Nacional AM

5. TÓPICO: Mídia independente

Ênfase

Um dos principais eixos impulsionadores da diversidade nas grades de programação dos veículos da Empresa Brasil de Comunicação foi a relação estabelecida pela EBC com a produção audiovisual e radiofônica independente.

Filmes de longa, média e curta metragens, obras seriadas de dramaturgia, animação ou documentais, para público adulto, infanto-juvenil e infantil, realizados por produtoras independentes, ocupavam espaço significativo nas grades dos veículos, trazendo ao alcance do público conteúdos que a produção própria da EBC não produzia.

A interação institucional da EBC com a produção independente nacional e internacional era orientada pela política de exibição estabelecida pelo Conselho Curador e se dava por meio de editais para contratação de produção ou coprodução de conteúdos artísticos, aquisição direta de obras finalizadas, convênios e parcerias com diversas instituições para realização e veiculação dos mais variados tipos de obras audiovisuais e radiofônicas. Essas relações estabelecidas pela EBC com outras TVs e Rádios públicas, nacionais e estrangeiras, o Fundo Ibermedia, a Comunidade de Países de Língua Portuguesa e a ANCINE - sublinhando aqui a especial relevância dos produtos oriundos da linha de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual para as TVs públicas - foram, sem dúvidas, um avanço na política

de atuação conjunta entre a produção audiovisual e radiofônica independente e a comunicação pública no Brasil, nos moldes adotados por instituições similares mundo afora (RAI, BBC, INCAA, TV 5, RTP etc).

Havia também o cuidado quanto à NÃO aquisição de produtos produzidos por outras empresas de radiodifusão comercial nacional - o que inclusive, segundo a regulamentação do setor, descaracteriza a produção como "independente" - justamente para evitar reproduzir nos veículos da comunicação pública, conteúdos veiculados pelas grandes redes comerciais de Rádio e TV, o que acontece atualmente com a exibição de novelas produzidas por emissora comercial na TV Brasil.

Os conteúdos de produção independente eram contratados a partir de uma política que buscava promover a inclusão e a multiplicidade étnica, religiosa, geográfica e de gênero, e conferiam enorme capilaridade e diversidade às grades de programação dos veículos da EBC.

No entanto, com a extinção do Conselho Curador, a partir de meados de 2016, a aquisição e coprodução desses conteúdos foram deliberadamente descaracterizadas e descontinuadas.

Propostas

- Retomada das tratativas junto à ANCINE e com outras instituições parceiras, como Fundo IBERMEDIA e CPLP, para restabelecimento dos fluxos de aquisição e intercâmbio de conteúdos audiovisuais e radiofônicos anteriormente existentes.
- Elaboração pelo Conselho Curador de uma política de produção, aquisição e exibição de conteúdos próprios, independentes e regionais que atavesse as gestões da EBC.
- Promover editais e parcerias para realizadores negros e da sociedade civil, em geral;
- Restabelecimento da política de coprodução e aquisição de conteúdo de produção independente, orientada para garantir a pluralidade e a diversidade étnica, geográfica, religiosa e de gênero nas grades dos veículos EBC,

com base nos critérios estabelecidos pelo Conselho Curador e operacionalizados pelo Comitê de Programação;

- A EBC deve compartilhar seu orçamento com investimentos em programas de financiamento de veículos de mídia independentes. A instituição deve ser uma fomentadora de conteúdos, lançando diversos editais e assim, oferecer possibilidade de produções diversas na grade de programação de seus veículos.

- Retomada da elaboração de editais para contratação de co-produção e distribuição de conteúdos, em conjunto com as linhas de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual;

- Restabelecimento do fluxo de contratação de conteúdo artístico audiovisual e radiofônico de produção independente, com base na política de aquisição estabelecida pelo Conselho Curador e mediante aprovação pelo Comitê de Programação.

6. TÓPICO: Intercâmbio de conteúdos internacionais

Ênfase

As democracias avançadas em todo o mundo dispõem de sistemas públicos de comunicação que promovem o acesso à informação, à pluralidade de ideias, diversidade no debate público e garantem à população o acesso a um dos direitos humanos fundamen-

tais, já reconhecido pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco): a comunicação. A partir disso, os países promovem sua identidade ao mundo, divulgam notícias para outros públicos e aproximam pessoas de diversos países aos seus costumes, suas qualidades, sua realidade.

Em 27 de setembro de 2004, a partir do decreto 10.302, o Brasil deu o primeiro passo para a criação de uma emissora de TV pública com foco e abrangência internacionais. A partir deste decreto, foi criado o Comitê Gestor para formulação de proposta de prestação de serviços de televisão para o exterior, no âmbito da Radiobrás. E foi em setembro do ano seguinte que entrou no ar a primeira experiência de uma emissora internacional: TV Brasil Canal Integración. A emissora, sediada em Brasília, tinha como o próprio nome sugere, a integração regional latino-americana e promover notícias e produtos culturais do Brasil para o público estrangeiro.

A partir de 2010, o Integración foi substituído por outra emissora pública com foco ligeiramente distinto: a TV Brasil Internacional. Também sediada na capital do país, o novo canal buscava aproximar os brasileiros radicados fora do país.

Com base nessas experiências passadas, se propõe um resgate, mas também uma atualização do que será um novo Núcleo de Produção de Conteúdos para o Exterior, em diferentes idiomas (português, espanhol, inglês,

francês...), colaborativos e comprometidos com a integração regional. Esse núcleo responde a uma necessidade de uma política de estado efetiva de integração e divulgação de conteúdos jornalísticos, culturais e de entretenimento produzidos no Brasil para estrangeiros e para brasileiros que vivem no exterior. Mas também busca ser um elo para troca de conteúdos produzidos por parceiros no exterior e para exibição e distribuição em nosso país.

Com a proposta do novo núcleo, busca-se recuperar o protagonismo dos conteúdos públicos brasileiros no exterior. Com a extinção da TV Brasil Internacional, o país ficou com uma lacuna em sua política exterior de divulgação e distribuição de notícias e conteúdos culturais para outros países. Com o núcleo ativo e capaz de produzir seus conteúdos, novas oportunidades de distribuição e de formatos podem e vão surgir para que o Brasil possa promover sua identidade no mundo, intercambiar conteúdo e resgatar a integração regional e estreitar laços históricos com países em todo o planeta.

Propostas

- Retomada da produção e intercâmbio de conteúdos da comunicação pública e de livre reprodução, em línguas estrangeiras e para brasileiros no exterior, para as diversas plataformas, como parte do fortalecimento da política de soberania nacional, com especial atenção para a produção da América Latina, Caribe e África.

EIXO 3: DESENVOLVIMENTO E SUSTENTABILIDADE

A comunicação é antes de tudo um direito humano, fundamental à democracia e ao exercício da cidadania. Além disso, as atividades do setor podem e devem ser instrumentos de desenvolvimento econômico e social. A economia criativa, a cultura, as indústrias da informação e do entretenimento são campos férteis à inovação e inventividade.

O debate sobre o financiamento da Comunicação pública é central, na perspectiva da construção de um modelo que atenda às necessidades da Rede Nacional de Comunicação Pública e em especial a EBC, que por lei tem o papel de coordenação desta rede.

O desmonte do que foi construído na comunicação pública tem levado a situações catastróficas, a exemplo da proposta de privatização ou mesmo extinção da EBC. A falta de garantias de repasse conforme a LOA e o contingenciamento que resultam em fragilidade no planejamento orçamentário da EBC hoje é um grande entrave para o funcionamento e a continuidade da Empresa.

1. TÓPICO: A Comunicação Pública como vetor de desenvolvimento com garantia de viabilidade econômica

Enfase

Defendemos a manutenção do atual modelo de empresa pública da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), no entendimento de que este modelo, plenamente incorporado na estrutura estatal brasileira, é a forma mais adequada para assegurar o seu financiamento público. Precisamos esclarecer a população em geral e políticos sobre a plena capacidade fiscal do Estado em dar a sustentabilidade financeira à EBC e demais empresas de comunicação dos governos estaduais e universi-

dades e sobre os objetivos da comunicação pública.

Atualmente, há uma série de restrições fiscais autoimpostas por um arcabouço fiscal único no mundo baseado no teto dos gastos, que congelou as despesas primárias do governo federal por vinte anos.

Propostas:

- Revogação do teto de gastos.
- Estabelecimento de um piso anual para o funcionamento da EBC, bem como de critérios para a correção deste piso. O importante é criar a obrigatoriedade de um piso orçamentário mínimo para o financiamento e ampliação da estrutura da EBC. Criada a obrigatoriedade, a fonte de receita não é o problema e os gastos serão executados.
- Reserva de um percentual de verbas de Publicidade Governamental para a publicidade institucional no campo público de comunicação de modo a reverter a relação que privilegia a mídia privada.
- Licenciamento de produtos.
- Captação de publicidade/apoio institucional.
- Realização de campanhas de incentivo de doações de Pessoas Físicas e Jurídicas para a EBC, demais empresas de comunicação pública e para projetos específicos de produção de conteúdo.
- Ampliação da parcela dos recursos do Fundo Setorial do Audiovisual (FSA) destinada ao financiamento de conteúdo voltado para a Comunicação Pública.
- Criação de diretriz estratégica com programa próprio para a comunicação pública nos Planos Plurianuais do Governo Federal (PPA).
- Estabelecimento de uma Política Nacional de Comunicação Pública, com criação de fundo setorial obtido a partir da cobrança de taxas de empresas que operam no sistema comercial e

em outros sistemas de exploração do serviço audiovisual; de parte do pagamento de outorgas pelas emissoras privadas; de recursos advindos de Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), de 3% sobre a receita obtida com publicidade veiculada nas emissoras privadas; além de garantir recursos à comunicação pública provenientes da publicidade oficial de Estados e Municípios;

- Separação dos canais públicos e governamentais, possibilitando que a comunicação pública generalista tenha condições de garantir sua autonomia financeira, de gestão e conteúdo. Na hipótese, como já ocorreu no passado, do Poder Executivo manifestar interesse a que a EBC participe, na forma de prestação de serviços, da produção de algum seu veículo de informação, isto só poderá ser feito mediante a mais plena definição de responsabilidades, de modo a que essa prestação não ameace a autonomia editorial e de gestão da empresa;

- Definição de modelo de distribuição do fundo que ajude a injetar verbas nas educativas estaduais.

- No âmbito das universitárias, deve ser construído junto ao Ministério da Educação a criação do canal a educação previstos no Decreto nº 5820, de 2006, em uma rede com as TVs universitárias que não façam parte da rede coordenada pela TV Brasil.

- Organizar um fórum de diálogo das entidades da sociedade civil, emissoras públicas e comunitárias com o Consórcio dos Governos do Nordeste, na perspectiva da construção de um espaço de diálogo com os poderes públicos locais para o fortalecimento da Comunicação Pública.

- Reinserção da produção artística independente, audiovisual e radiofônica, nacional e internacional, nas grades de programação dos veículos EBC:

- Retomada das tratativas junto à ANCINE e demais instituições parceiras, como o Fundo IBERMEDIA, a CPLP, as TVs e rádios estaduais, municipais e comunitárias, para a celebração de

acordos de parceria e cooperação com vistas à produção e difusão de conteúdos audiovisuais e radiofônicos;

- Retomada da elaboração de editais para contratação de coprodução e distribuição de conteúdos, em conjunto com as linhas de financiamento do Fundo Setorial do Audiovisual.

- Fortalecer as atividades de produção jornalística da EBC, com atenção especial à Agência Brasil e à Radioagência Nacional, para disponibilização de conteúdos ao público e à reprodução sob licença Creative Commons, favorecendo a circulação de jornalismo público nas pequenas mídias, rádios comunitárias, redes sociais e também veículos da imprensa convencional que podem encontrar na EBC conteúdos com qualidade e credibilidade.

2. TÓPICO: Regulamentação do uso da CFRP

Ênfase

É urgente a regulamentação da utilização dos recursos provenientes da CFRP -Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública. O modelo de financiamento da CFRP já havia previsto inicialmente parte dos recursos para as demais emissoras, o que é mais do que nunca necessário. Na forma como foi aprovado, no mínimo 75% da arrecadação é destinado à EBC e 2,5% vão para a Anatel, pelo serviço de recolhimento da Contribuição. É preciso regulamentar a destinação dos demais 22,5%.

Propostas:

- Elaboração de projeto de lei para regulamentação do uso da Contribuição de Fomento à Radiodifusão Pública, contemplando as emissoras de rádio e TV que veiculam conteúdos invisibilizados na sociedade brasileira.

- Neste projeto, incluir a criação de um Conselho específico, com a participação da sociedade civil, para tratar da fiscalização da utilização da Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública.

3. Tópico: Inclusão de emissoras estaduais, comunitárias e universitárias no projeto Digitaliza Brasil

Ênfase

O projeto Digitaliza Brasil, ao custo de cerca de R\$ 800 milhões, está em implantação com quase a totalidade do saldo remanescente da venda da faixa de 700 MHz pela Anatel. O projeto tem o objetivo de instalar estações retransmissoras para a disponibilização de sinal digital em municípios de pequeno porte (menos de 50 mil habitantes), realizando a migração da programação do formato analógico para o digital. Segundo os proponentes do projeto, mais de 24 milhões de pessoas (aproximadamente 12% da população brasileira) residem em 1.789 municípios de pequeno porte que possuem estações de televisão analógica autorizadas e que ainda não possuem estações de televisão digital terrestre. São cidades dos Estados do Ceará, Piauí, Rio Grande do Norte,

Paraíba, Maranhão, Sergipe, Pernambuco, Alagoas, Minas Gerais e Bahia. Não há interesse comercial na implantação da tecnologia digital nestas localidades e as operações são, em sua maioria, outorgadas às prefeituras.

O programa teve início em junho de 2021 e em nove meses concluiu a terceira e última fase tendo atingido 99% das cidades elegíveis a participar. Porém, entre as emissoras públicas do país, apenas as emissoras do Poder Legislativo, reunidas na Rede Legislativa, e as emissoras que operam em multiprogramação com a TV Brasil estão inseridas no projeto. As emissoras estaduais, comunitárias e universitárias deveriam ter sido igualmente contempladas, mas não tiveram acesso às informações no período da elaboração do projeto Digitaliza Brasil e não puderam pleitear a inclusão.

Os radiodifusores comerciais já começam a se articular para ocupar o espaço ocioso de canais nas estações retransmissoras em processo de implantação pelo projeto Digitaliza Brasil. A infraestrutura instalada em cada cidade terá espaço para abrigar até oito canais e haverá capacidade ociosa “em 94% das mais de 1,6 mil cidades que devem ser contempladas no programa.

Proposta:

- O Ministério das Comunicações deve apresentar ao GIRED, grupo da Anatel, a demanda de inclusão de transmissores para as emissoras estaduais, comunitárias e universitárias em cada localidade onde o projeto Digitaliza Brasil está em implantação.

Entidades promotoras:

Frente em Defesa da EBC e da Comunicação Pública;
Ouvidoria Cidadã da EBC;
Comissão de Empregados da EBC;
Ciranda Internacional de Comunicação Compartilhada;
LapCom – Laboratório de Políticas de Comunicação da Universidade de Brasília (UnB);
EMERGE – Centro de Pesquisas e Produção em Comunicação e Emergência da Universidade Federal Fluminense (UFF);
Cojira – DF – Comissão de Jornalistas pela Igualdade Racial;
Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social;
FNDC – Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação;
Abong – Associação Brasileira Organizações Não Governamentais;
Instituto Paulo Freire;
NPC – Núcleo Piratininga de Comunicação;
ABC Pública – Associação Brasileira de Comunicação Pública;
Amarc-Brasil – Associação Mundial de Rádios Comunitárias;
Jornalistas Livres;
Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj);
Sindjor-RS – Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul;
Sindjor-DF – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Distrito Federal;
Sindjor-SP – Sindicato dos Jornalistas Profissionais no Estado de São Paulo;
Sindjor-RJ – Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Município do Rio de Janeiro;
Sinrad-SP – Sindicato dos Radialistas de São Paulo;
Sinrad-DF – Sindicato dos Radialistas do Distrito Federal;
Sinrad-RJ – Sindicato dos Radialistas do Rio de Janeiro;
Brasil de Fato;
Brasil de Fato RS;
CUT – Central Única dos Trabalhadores;
IDhES – Instituto de Estudos Jurídicos de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais;
Ceaal – Conselho de Educação Popular de América Latina e Caribe;
Camp Escola de Cidadania – Centro de Assessoria Multiprofissional;
Contag – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;
Enfoc – Escola Nacional de Formação da Contag;
Cdhep – Centro de Direitos Humanos e Educação Popular;
UBM – União Brasileira de Mulheres;
Centro de Estudos da Mídia Alternativa Barão de Itararé;
Abraço Brasil – Associação Brasileira de Rádios Comunitárias;
Cpers Sindicato – Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul;
CTNE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação;
Portal das Favelas;
OID – Organización Interamericana de Defensoras y Defensores de las Audiencias;
Instituto Hori – educação e cultura;
APNs – Agentes de Pastoral Negros;
Azeviche Incubação e Afromarket;
CSP-Conlutas – Central Sindical e Popular Conlutas;
Outras Palavras – Jornalismo de profundidade e pós-capitalismo;
Jornal O Coletivo;
Sindprevs-RN – Sindicato dos Trabalhadores Federais em Previdência, Saúde e Trabalho do Rio Grande do Norte;
Compas – Associação Internacional de Comunicação Compartilhada;
Arquimedia Conteúdo Digital;
MEMO – Monitor do Oriente Médio;
TVT – A TV dos Trabalhadores;
Rede Brasil Atual;
Instituto Alimentação e Poder.
ABJD – Associação Brasileira de Juristas pela Democracia





Instituto
Paulo Freire



**JORNALISTAS
LIVRES**

MEM
MONITOR DO ORIENTE MÉDIO
Criando Novas Perspectivas

OUTRAS PALAVRAS
Comunicação Compartilhada e Pós-capitalismo

NPC
Núcleo Piratininga
de Comunicação



RBA
Rede Brasil Atual



Sindicato dos
JORNALISTAS
PROFISSIONAIS NO
ESTADO DE SÃO PAULO



SINRAD-DF

